



Processo nº 17284.720238/2018-56
Recurso Voluntário
Acórdão nº **1401-004.983 – 1^a Seção de Julgamento / 4^a Câmara / 1^a Turma Ordinária**
Sessão de 11 de novembro de 2020
Recorrente PADARIA CONFEITARIA E LANCHONETE ENGENHO DO PÃO LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: SIMPLES NACIONAL

Exercício: 2018

EMISSÃO ELETRÔNICA DE TERMO DE INDEFERIMENTO.
REGULARIZAÇÃO. TEMPO HÁBIL. DEFERIMENTO DA OPÇÃO.

A Recorrente regularizou o débito indicado no Termo de Indeferimento e a própria lei que rege o Simples Nacional lhe dá esta oportunidade, de fazê-lo em tempo hábil, **tempestivamente**, para que possa ingressar no sistema. Ao aderir ao parcelamento e efetuar o pagamento da primeira parcela em tempo hábil para sua confirmação não há como negar o ingresso no SIMPLES NACIONAL.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso voluntário para considerar deferida a opção pelo Simples Nacional para o ano-calendário de 2018.

(documento assinado digitalmente)

Luiz Augusto de Souza Gonçalves - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Daniel Ribeiro Silva - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Luiz Augusto de Souza Gonçalves (Presidente), Daniel Ribeiro Silva (Vice-Presidente), Luciana Yoshihara Arcangelo Zanin, Cláudio de Andrade Camerano, Wilson Kazumi Nakayama (suplente convocado), Letícia Domingues Costa Braga, Mauritania Elvira de Sousa Mendonça (suplente convocada) e Nelson Kichel. Ausente o conselheiro Carlos Andre Soares Nogueira, substituído pelo conselheiro Wilson Kazumi Nakayama (suplente convocado).

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto em face do acórdão proferido pela Delegacia da Receita Federal em Florianópolis (SC) que julgou improcedente a manifestação de inconformidade apresentada pelo contribuinte em razão do Termo de Indeferimento do Simples Nacional, referente ao ano-calendário de 2018, registrado em 15/02/2018 (fls. 7 e 8), em razão do contribuinte ter incorrido na seguinte situação impeditiva:

**Termo de Indeferimento da Opção pelo Simples Nacional
(Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)**

CNPJ: 14.296.510/0001-62
NOME EMPRESARIAL: PADARIA CONFEITARIA E LANCHONETE ENGENHO DO PAO LTDA - ME
DATA DA SOLICITAÇÃO DE OPÇÃO: 29/01/2018
DATA DE ABERTURA DA EMPRESA CONSTANTE NO CNPJ: 31/08/2011

A pessoa jurídica acima identificada incorreu na(s) seguinte(s) situação(s) quem impedi(ram) a opção pelo Simples Nacional:

Estabelecimento CNPJ: 14.296.510/0001-62

- Débito com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, cuja exigibilidade não está suspensa.
Fundamentação legal: Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, art. 17, inciso V.

Lista de débitos

1) Débito - Código da receita : 1107
Nome do tributo : GFIP-MULTAATRASO/FA
Período de apuração: 12/2012
Saldo devedor : R\$ 3500,00

2) Débito - Código da receita : 4406
Nome do tributo : PGDAS-D-MULTAATRASO/FA
Período de apuração: 04/2015
Saldo devedor : R\$ 50,00

3) Débito - Código da receita : 4406
Nome do tributo : PGDAS-D-MULTAATRASO/FA
Período de apuração: 05/2015
Saldo devedor : R\$ 50,00

4) Débito - Código da receita : 4406
Nome do tributo : PGDAS-D-MULTAATRASO/FA
Período de apuração: 06/2015
Saldo devedor : R\$ 50,00

5) Débito - Código da receita : 4406
Nome do tributo : PGDAS-D-MULTAATRASO/FA
Período de apuração: 07/2015
Saldo devedor : R\$ 50,00

6) Débito - Código da receita : 4406
Nome do tributo : PGDAS-D-MULTAATRASO/FA
Período de apuração: 08/2015
Saldo devedor : R\$ 50,00

7) Débito - Código da receita : 4406
Nome do tributo : PGDAS-D-MULTAATRASO/FA
Período de apuração: 09/2015
Saldo devedor : R\$ 50,00

8) Débito - Código da receita : 4406
Nome do tributo : PGDAS-D-MULTAATRASO/FA
Período de apuração: 10/2015
Saldo devedor : R\$ 50,00

9) Débito - Código da receita : 4406
Nome do tributo : PGDAS-D-MULTAATRASO/FA
Período de apuração: 11/2015
Saldo devedor : R\$ 50,00

10) Débito - Código da receita : 4406
Nome do tributo : PGDAS-D-MULTAATRASO/FA
Período de apuração: 12/2015
Saldo devedor : R\$ 50,00

11) Débito - Código da receita : 4406
Nome do tributo : PGDAS-D-MULTAATRASO/FA
Período de apuração: 01/2016
Saldo devedor : R\$ 50,00

12) Débito - Código da receita : 4406
Nome do tributo : PGDAS-D-MULTAATRASO/FA
Período de apuração: 02/2016
Saldo devedor : R\$ 50,00

Os débitos foram listados em valor original.

O contribuinte apresentou manifestação de inconformidade alegando que os referidos débitos foram parcelados no dia 25/01/2018, com o pagamento da primeira parcela no dia 29/01/2018 (fls. 2 a 9).

Requereu o deferimento do pedido para a inclusão da pessoa jurídica no Simples Nacional.

O Acórdão ora Recorrido (**07-42.836 - 3^a Turma da DRJ/FNS**) julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade e teve ementa dispensada de acordo com a Portaria RFB nº 2724, de 27 de setembro de 2017.

Isto porque, segundo entendimento da Turma, (...) constatou-se que “o sujeito passivo não atendeu a todas as determinações da legislação retrocitada para poder ser incluído no Simples Nacional no ano-calendário de 2018, pois tinha vários débitos com a exigibilidade não suspensa em 31/01/2018”.

Ciente da decisão do Acórdão, o contribuinte interpõe Recurso Voluntário às fls. 46 dos autos - alegando em síntese os mesmos argumentos trazidos em sede manifestação de inconformidade, ao demonstrar que **a insubsistência e a CONTRADIÇÃO da 3º Turma da DRJ/FNS com referência ao prazo para pagamento da 1º parcela do parcelamento correto, que é dia 29/01/2018, segundo dia útil após 25/01/2018 da data da confirmação do pedido de parcelamento. Provando a improcedência do cancelamento do parcelamento, que gerou o TERMO DE INDEFERIMENTO da opção pelo SIMPLES NACIONAL, espera e requer a recorrente que seja acolhido o presente recurso, para o fim de ser concedida a opção pelo SIMPLES NACIONAL ano base 2018**”.

É o relatório do essencial.

Voto

Conselheiro Daniel Ribeiro Silva, Relator.

Observo que as referências a fls. feitas no decorrer deste voto se referem ao e-processo.

O recurso é tempestivo e preenche os requisitos de admissibilidade, por isso dele conheço.

Em resumo, as pendências que impediram o sujeito passivo de obter o deferimento da opção pelo Simples Nacional, para o ano-calendário 2018, foram doze débitos com a RFB com a exigibilidade não suspensa.

Na manifestação de inconformidade o interessado alega que os referidos débitos foram parcelados no dia 25/01/2018, com o pagamento da primeira parcela no dia 29/01/2018 (fls. 2 a 9).

Foram anexados aos autos cópia do recibo da confirmação da negociação do pedido de parcelamento, transmitido em 25/01/2018, onde se encontram relacionados os doze débitos que constaram no Termo de Indeferimento da Opção pelo Simples Nacional (fls. 9), e dos comprovantes de arrecadação das primeiras parcelas - cód. 4406 e 1107 (fls. 5 e 6).

A DRF/Niterói analisou os argumentos da defesa e emitiu o Termo de Constatação a seguir (fls. 23):

TERMO DE CONSTATAÇÃO

1. Trata-se de Impugnação ao Termo de Indeferimento da Opção pelo Simples Nacional datada de 01/03/2018.
2. O contribuinte teve sua opção pelo Simples Nacional indeferida por não ter regularizado o débito existente dentro do prazo legal.
3. Não se conformando, protocolou a presente impugnação sob alegação de ter realizado parcelamento dos débitos constante em pendência fiscal.
4. Verifica-se nos sistemas informatizados da RFB que o contribuinte fez adesão ao parcelamento dos referidos débitos no site da RFB no dia 25/01/2018, tela em anexo à fl. 22; com pagamento das primeiras parcelas no dia 29/01/2018, telas em anexo às fls. 20/21.
5. Constata-se que a negociação do parcelamento foi cancelada por não ter o contribuinte pago tempestivamente a primeira parcela dos tributos envolvidos, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a data de confirmação do pedido.

A DRJ constatou ainda ter havido pagamento somente da primeira parcela do citado parcelamento que foi cancelado e os débitos relacionados no Termo de Indeferimento se encontram em cobrança.

E com fundamento nisso concluiu que *o sujeito passivo não atendeu a todas as determinações da legislação retrocitada para poder ser incluído no Simples Nacional no ano-calendário de 2018, pois tinha vários débitos com a exigibilidade não suspensa em 31/01/2018, pelo que voto pelo indeferimento da Opção pelo Simples Nacional.*

Por sua vez, no Recurso Voluntário o contribuinte defende “**a insubsistência e a CONTRADIÇÃO da 3º Turma da DRJ/FNS com referência ao prazo para pagamento da 1º parcela do parcelamento correto, que é dia 29/01/2018, segundo dia útil após 25/01/2018 da data da confirmação do pedido de parcelamento.**”

Entendo assistir razão ao Recorrente. São fatos incontroversos nos autos que o contribuinte, em cumprimento à intimação para regularização dos débitos impeditivos à adesão ao SIMPLES NACIONAL no ano de 2018 apresentou pedido de parcelamento do débito em 25/01/2018 às 17:14, conforme comprovante abaixo (fl. 9):

19/03/2018 11:27:53 -
Página 1

CNPJ

14.296.510/0001-62

Razão social

PADARIA CONFEITARIA E LANCHONETE ENGENH-

RECEBO DA CONFIRMAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO DO PEDIDO DE PARCELAMENTO

Débitos Recuperados

Recibo	Período	Índice/ Mês/ano	Vencimento	Valor da Recuperação
1107	11/12/2012		29/06/2013	3.500,00
4405	01/04/2015	RS	11/05/2017	50,00
4406	04/05/2015	RS	11/05/2017	50,00
4407	04/05/2015	RS	11/05/2017	50,00
4408	01/07/2015	RS	11/05/2017	10,00
4409	03/08/2015	RS	11/05/2017	50,00
4410	01/09/2015	RS	11/05/2017	50,00
4411	01/10/2015	RS	11/05/2017	50,00
4412	01/11/2015	RS	11/05/2017	50,00
4413	01/12/2015	RS	11/05/2017	50,00
4405	01/04/2016	RS	11/05/2017	50,00
4406	01/05/2016	RS	11/05/2017	50,00
4407	01/06/2016	RS	11/05/2017	50,00
4408	01/07/2016	RS	11/05/2017	50,00
4409	01/08/2016	RS	11/05/2017	50,00
4410	01/09/2016	RS	11/05/2017	50,00
4411	01/10/2016	RS	11/05/2017	50,00
4412	01/11/2016	RS	11/05/2017	50,00
4413	01/12/2016	RS	11/05/2017	50,00

Parcelamentos Negociados

Tributo	Saldo Devolto	Conselhado	Qtd de Parcelas	Valor da Parcela
MULTAS	4.256,48		008	\$32,06
TOTALIS	4.256,48			\$32,06

INFORMAÇÕES PARA DÉBITO AUTOMÁTICO

BANCO:

J41

AGÊNCIA:

669

CONTA:

00000000079599

Confirado/recebido na internet.
Data: 25/03/2018 17:14:58 (horário de Brasília).

Recibo: 00005782209

Certificado Digital (ESAF C16C ATBC 454D)

CPF: 14.296.510/0001-62

Autenticação Certificadora

AC/0001/BRS

Atenção: O pedido de parcelamento será efetuado automaticamente, contando da data da assinatura temporisca da 1ª parcela de todos os tributos envolvidos na negociação.

Por sua vez, também são fatos incontrovertíveis que para confirmação do parcelamento seria necessário o pagamento da primeira parcela (aviso constante no pedido de parcelamento) e que tal pagamento deveria ser feito em até 02 dias úteis à partir do pedido. O contribuinte por sua vez tinha até o dia 31/01/2018 para promover a regularização da situação.

E nesse sentido foi que o contribuinte efetivamente recolheu a primeira parcela em 29/01/2018, conforme demonstra o comprovante de arrecadação de fl. 6:

Ministério da Fazenda

Receita Federal

Comprovante de Arrecadação

Comprovamos que consta, nos sistemas de controle da Receita Federal do Brasil, registro de Arrecadação (DARF) com as características abaixo:

GFIP	14.296.510/0001-62	Numero Social	PADARIA CONFETARIA E LANCHONETE ENGENHO		
Período Apuração	01/01/1980	Data de Vencimento	25/01/2018	Número do Documento	10123707098043922
Composição do Documento de Arrecadação					
Código	Descrição	Principal	Multa	Juros	Total
1107	MULTA POR FALTA OU ATRASO NA ENTREGA DA GFIP	459,33	-	0,00	459,33
Totais		459,33		0,00	459,33
Banco			Data de Arrecadação		
EANCO BRADESCO S.A.			29/01/2018		
Até o dia	Estabelecimento	Válida Resposta	0,00	Referência	

Assim é que sendo o dia 25/01/2018 (quinta-feira) o vencimento da parcela se deu em 29/01/2018 (segunda-feira), data do efetivo recolhimento.

Ocorre que, por algum erro do sistema consta no comprovante de arrecadação como data de vencimento da parcela o dia 25/01/2018, o que não seria consistente e inviabilizaria o cumprimento da obrigação tendo em vista que o contribuinte aderiu ao parcelamento no próprio dia 25 após expediente bancário.

Desta forma, não há como se negar o fato de que o contribuinte efetivamente cumpriu a obrigação de regularização de forma tempestiva razão pela qual deve ser assegurado o seu direito de opção ao SIMPLES NACIONAL.

O fato de posteriormente ter deixado de cumprir o pagamento das parcelas pode até ser fundamento para posterior exclusão, mas não para impedir a adesão.

Entendo que a Recorrente regularizou, sim, o débito indicado no Termo de Indeferimento e a própria lei que rege o Simples Nacional lhe dá esta oportunidade, de fazê-lo em tempo hábil, **tempestivamente**, para que possa ingressar no sistema.

Cumpre relembrar que a CF em seu art. 179 garante o tratamento diferenciado aos pequenos contribuintes, exatamente por isso que a legislação do SIMPLES dá oportunidade para regularização de eventuais pendências que impeçam o ingresso.

O objetivo é exatamente o de dar oportunidades e garantir o ingresso do pequeno contribuinte em um sistema de tributação diferenciado, e não o de impedir o seu ingresso em razão da imprecisão da informação prestada pelo Fisco ou de uma ferramenta que o possibilite fazer o recolhimento.

Por todo o exposto, encaminho o voto para dar provimento ao recurso voluntário para considerar deferida a opção pelo Simples Nacional para o ano-calendário de 2018.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Daniel Ribeiro Silva